O Mercado da Consciência

Jones Manoel, PSOL e a mercantilização da crítica

O ingresso de Jones no PSOL remete a um movimento histórico ligado à própria trajetória do partido e ao papel que ele passou a desempenhar na esquerda brasileira ao longo das últimas duas décadas. Fundado em 2004, após a crise provocada pela reforma da Previdência do primeiro governo Lula e pela expulsão de parlamentares que se recusaram a apoiar aquela medida, o PSOL surgiu em meio a um ambiente de insatisfação com os rumos do Partido dos Trabalhadores. Sua constituição, entretanto, foi mais complexa do que uma simples cisão partidária. Em torno da nova legenda reuniram-se diferentes tradições políticas da esquerda brasileira, setores oriundos do PT, organizações trotskistas, militantes socialistas independentes e agrupamentos que buscavam reorganizar sua atuação diante das transformações ocorridas no cenário político nacional. O que se apresentava como reação ao crescente compromisso do petismo com a administração da ordem vigente encontrou expressão por meio dos mesmos instrumentos centrais da política representativa: o partido, as eleições, o parlamento e a disputa por espaços no interior do Estado. A crítica ao governo não produziu uma ruptura com essa atuação, mas uma nova tentativa de ocupá-la sob outras referências ideológicas e programáticas.

Desde sua fundação, o PSOL foi recebido de maneira distinta pelos diversos segmentos da esquerda brasileira. Enquanto setores oriundos do PT, do trotskismo e de movimentos sociais identificavam na nova legenda uma alternativa ao processo de adaptação petista à ordem institucional, correntes anarquistas, autonomistas, conselhistas e organizações que optaram por permanecer fora do partido levantavam reservas quanto à centralidade atribuída à disputa eleitoral e à representação parlamentar, argumentando que a reorganização política dos trabalhadores exigiria atuação que ultrapassassem os limites da institucionalidade partidária. Foi nesse campo marcado pela convivência entre discurso crítico e inserção institucional que o PSOL consolidou sua presença no cenário político brasileiro e construiu o espaço que hoje permite a incorporação de figuras oriundas do universo da comunicação política digital.

Esse movimento não envolveu apenas parlamentares expulsos ou dirigentes que romperam com o PT. Em torno da nova legenda aproximaram-se também organizações e militantes oriundos de diferentes tradições da esquerda socialista que, até então,

reivindicavam perspectivas revolucionárias e críticas à ordem existente. A entrada desses setores no PSOL representou uma mudança importante de orientação política, uma vez que sua atuação ocorreu no interior de uma estrutura organizada em torno da disputa eleitoral, da representação parlamentar e da ocupação de espaços institucionais. Nos anos seguintes, esse processo ampliou-se com a incorporação de agrupamentos provenientes de outras experiências da esquerda brasileira, incluindo setores que romperam com o PSTU e que posteriormente dariam origem à corrente Resistência. O percurso dessas organizações revela uma tendência mais ampla de reorganização política, na qual tradições que anteriormente enfatizavam a ruptura com a institucionalidade concentraram parte significativa de seus esforços na construção de influência dentro dela. Nesse ambiente marcado pela convivência entre linguagem crítica e inserção institucional, o partido consolidou-se como um dos principais polos de atração da esquerda brasileira, reunindo sob uma mesma estrutura experiências, tradições e expectativas distintas em torno de um projeto comum de intervenção no Estado.

Ao longo dos anos, o PSOL se consolida como espaço de convergência de correntes diversas cuja unidade se dá pela capacidade de disputar posições dentro da ordem vigente, apresentando candidaturas com apelo público e convertendo a crítica social em capital político institucional. A heterogeneidade interna, frequentemente apresentada como pluralismo, funciona como mecanismo de acomodação de diferenças sob um denominador comum que não rompe com a lógica da representação parlamentar e da governabilidade.

Com o avanço dos anos 2010, especialmente após o ciclo de 2013, o impeachment de 2016 e a ascensão da extrema-direita, essa tendência se aprofunda. A necessidade de resposta ao avanço reacionário, combinada com o enfraquecimento das organizações tradicionais da classe, conduz o partido a uma estratégia cada vez mais centrada na ampliação de sua presença institucional, construção de bancadas e ocupação do espaço público mediado. Nesse processo, a crítica ao sistema político é progressivamente reabsorvida como elemento retórico, enquanto a prática se organiza em torno da disputa eleitoral como eixo estruturante. A relação com o PT também se modifica ao longo do tempo. O partido, formado a partir de um conflito com os rumos do primeiro governo Lula, integra-se gradualmente a um campo político mais amplo voltado à administração das tensões sociais e à preservação da estabilidade institucional. O apoio à candidatura de Lula no primeiro turno expressa uma estratégia consolidada de integração a um projeto

que administra as contradições do capitalismo brasileiro sem enfrentá-las em seu nível estrutural.

O PSOL se configura, assim, como mediação capaz de absorver discursos críticos sem que se convertam em força material autônoma. Jones não ingressa em uma organização que tensiona sua posição anterior, mas em uma estrutura que a acolhe e a reinscreve dentro de um circuito em que produção simbólica, autoridade teórica e capital político institucional se alimentam mutuamente. A radicalidade permanece como linguagem, mas sua eficácia prática é neutralizada pela forma que a contém.

O PSOL, portanto, se configura como plataforma de transição para figuras como Jones. O partido não estimula, para a incorporação de novos quadros, uma ruptura com a linguagem radical, nem a elaboração de um programa coerente com essa linguagem; ele oferece, ao contrário, um espaço em que a radicalidade pode ser mantida como discurso ao mesmo tempo em que é neutralizada em sua eficácia prática. Essa capacidade de absorver discursos críticos sem que se convertam em força material autônoma é um de seus traços. A pedagogia disciplinadora, a construção de autoridade teórica, a centralidade da comunicação digital e a ausência de vínculo orgânico com a auto-organização dos trabalhadores encontram no PSOL um ambiente funcional, pois o partido atua como mediador entre a produção de sentido no plano simbólico e sua tradução em capital político institucional.

Essa mediação repousa sobre uma separação característica da política moderna. De um lado, encontram-se indivíduos, coletivos e movimentos que produzem mobilizações, expectativas, experiências de luta e contestação social. De outro, estruturas especializadas assumem sua representação, administração e direção. O partido ocupa precisamente esse espaço intermediário. As iniciativas produzidas na vida social são reordenadas segundo atuação compatíveis com a institucionalidade existente. Em sentido semelhante, personalidades que acumulam reconhecimento público fora dos aparelhos partidários encontram neles um meio de ampliar sua influência, enquanto a organização fortalece sua presença pública mediante a incorporação dessa autoridade previamente constituída. Estabelece-se, assim, uma relação de reforço recíproco entre comunicação, representação e institucionalidade.

Isso tudo tem consequências profundas porque também altera o significado da radicalidade. O critério de avaliação não está na capacidade de identificar os fundamentos materiais da dominação social e as condições históricas de sua superação, mas à contundência do discurso, à intensidade da denúncia e à força simbólica das posições assumidas no debate público. A retórica anti-imperialista, a defesa do desenvolvimento nacional ou a linguagem da soberania popular são os indicadores de radicalismo, independentemente da natureza das relações sociais que se pretende construir. A questão central deixa de ser a emancipação do trabalho e a constituição de novas formas de produção da vida social para concentrar-se na conquista de posições políticas, disputa de narrativas e administração institucional dos conflitos.

Na tradição marxiana, porém, a radicalidade tem outro significado. Ela remete à investigação das raízes da sociabilidade existente e à identificação dos elementos capazes de fundar uma forma superior de vida humana. Por isso, a questão principal não é quem ocupa o Estado, qual partido dirige o governo ou qual corrente política administra a crise. A questão diz respeito à forma de trabalho que estrutura a reprodução da sociedade. A emancipação humana requer a superação do trabalho assalariado e a constituição do trabalho associado como fundamento de uma comunidade de produtores livres. Assim se decide o conteúdo efetivo de qualquer projeto revolucionário. Ao recuperar a centralidade ontológica do trabalho, a política mostra seus limites históricos e seu caráter transitório. A radicalidade não se mede pela violência das palavras nem pela intensidade da retórica, mas pela capacidade de apontar para além das formas sociais que sustentam a reprodução do capital.

Se esse horizonte é tomado como referência, o uso contemporâneo do termo “esquerda radical” para designar frações partidárias integradas à disputa eleitoral denuncia uma inversão. O que se apresenta como radical não questiona as bases da sociabilidade capitalista; funciona no interior delas, buscando administrá-las de maneira mais eficiente, mais soberana ou mais “justa”. A centralidade do Estado, a defesa de um projeto nacional, a aposta no desenvolvimento das forças produtivas e na ocupação de posições institucionais são modalidades de sua gestão ao invés de ruptura com a ordem. Ao se integrar ao PSOL e, ao mesmo tempo, continuar a designar esse campo como “esquerda radical”, ele participa ativamente dessa redefinição. A radicalidade se torna compatível com:

– apoio a candidaturas presidenciais dentro da ordem
– centralidade da disputa parlamentar
– subordinação das estratégias políticas ao calendário eleitoral
– ausência de construção de organizações autônomas da classe

Nada disso é comumente visto como limite, pensado ou criticado pormenorizadamente; ao contrário, é tomado como caminho concreto de intervenção. Que tipo de radicalidade é possível quando o horizonte estratégico está delimitado pela forma-partido e inserção no Estado? Que transformação pode surgir de um processo em que a energia social é canalizada para a ampliação de bancadas e para a estabilização de governos? Que papel resta aos trabalhadores quando a política é organizada como apoio, acompanhamento e legitimação de representantes?

Essa redefinição do radicalismo responde a uma necessidade de preservar a linguagem da ruptura num momento em que as condições de ruptura são continuamente bloqueadas. A palavra permanece, mas sua função muda. Ela deixa de nomear um processo de transformação para ser um elemento de identificação, como signo que permite aos indivíduos se reconhecerem como parte de um campo "radical" sem que isso implique uma prática que ultrapasse os limites existentes, o que tem um efeito de neutralização eficaz. Ao ocupar o termo "radical", essas frações partidárias não apenas redefinem seu conteúdo a partir dos seus interesses imediatos, mas também dificultam a emergência de outras experiências que poderiam reivindicá-lo em sentido mais rigoroso. Se tudo que se apresenta como mais à esquerda dentro da institucionalidade é considerado radical, então qualquer tentativa de ir além disso é visto como desnecessária, utópica ou simplesmente inexistente. A filiação ao PSOL, longe de contradizer esse movimento, o consolida, oferecendo a base institucional para que essa nova definição de radicalidade se estabilize e se reproduza.

A redefinição da radicalidade encontra correspondência imediata nos mecanismos contemporâneos de produção da autoridade política. A comunicação ganha uma posição estratégica na construção do prestígio e da legitimidade, fazendo com que audiência, alcance e visibilidade sejam os critérios cada vez mais relevantes para o reconhecimento público. Nesse ambiente, a projeção obtida nas plataformas digitais pesa mais do que a participação em processos coletivos de organização, alterando profundamente os caminhos pelos quais lideranças políticas são constituídas e reconhecidas.

O episódio recente em que Jones Manoel declara não responder “canais pequenos” porque tem milhões de acessos mensais é revelador não pelo conteúdo circunstancial da polêmica, mas na legitimação mobilizada. O argumento não se estrutura a partir da consistência teórica das críticas recebidas, tampouco da necessidade política de enfrentá-las. O critério apresentado é meramente quantitativo: alcance, escala e volume de audiência. Esse princípio se confirma a quem Jones escolhe responder. Canais com expressividade consolidada (como o Diário do Centro do Mundo/DCM e outros veículos integrados ao circuito progressista de grande circulação) são prontamente repercutidos, mesmo quando o conteúdo que produzem se apoia em comentários frágeis ou análises superficiais. O que os qualifica é a capacidade de gerar tráfego e ampliar alcance respondendo a quem agrega escala. Por outro lado, ignora-se quem não altera métricas. A política é administrada segundo lógica de mercado simbólico, ou seja, tudo depende da posição ocupada no ecossistema da visibilidade.

Essa escolha produz um efeito pedagógico silencioso. O público aprende que relevância política coincide com volume de audiência, que a disputa se dá entre polos de grande alcance, que críticas oriundas de espaços menores são descartáveis, independentemente de seu conteúdo. Forma-se uma cultura de atenção verticalizada adestrada a olhar para cima, disputar com os grandes, desprezar os pequenos e crescer por meio do espetáculo. A autoridade não precisa mais ser construída por organização material, basta ser certificada pela métrica. A radicalidade é aferida pela circulação e discurso genérico e a lógica do algoritmo se infiltra na definição do que merece enfrentamento político.

Essa escolha traduz, no plano discursivo, a substituição da autoridade construída na prática social pela autoridade derivada da circulação algorítmica (por meio da popularidade midiática é que se constrói autoridade). O partido clássico tinha comitês, células, centralismo, hierarquia. O partido-algoritmo tem métricas, engajamento, retenção, tráfego. A forma é distinta, mas a função é equivalente. Em ambos os casos, a legitimidade decorre da posição ocupada na estrutura, não da relação horizontal com a classe (quando existe tem caráter instrumental). Quando a audiência é o critério de relevância política, o campo da esquerda internaliza a lógica mercantil que afirma combater. Na verdade, Jones construiu a base de sua trajetória aliando-se aos referenciais da indústria cultural como trampolim político. A política é instrumental porque é medida

pela capacidade de circulação. O número de visualizações tem o lugar que, na tradição marxista revolucionária, caberia à inserção real nos conflitos de classe.

Essa inversão revela que o centro da disputa não é a construção de poder social, mas a consolidação de hegemonia comunicacional, que gera lucro aumentando a capacidade produtiva de setores que se afirmam como "esquerda radical" (slogan proliferado por Jones como forma de atrair incautos).

O resultado político é que a classe trabalhadora não é convocada a agir, mas a aderir. Agir implica construir poder próprio, organizar conflitos reais, experimentar decisões coletivas que escapem ao controle estatal. Aderir significa reconhecer uma liderança constituída, aceitar um programa previamente elaborado e, no limite, cumprir o papel que lhe é atribuído no roteiro institucional. A prática política se reduz a duas operações principais que é amplificar a narrativa e comparecer às urnas, basicamente. O horizonte estratégico se estreita até coincidir com o calendário eleitoral e a energia social é mobilizada para legitimar candidaturas, defender projetos de governo e ocupar cargos fazendo com que a revolta seja canalizada para dentro do aparelho que deveria ser questionado. A máquina estatal é continuamente oxigenada por novos quadros que se vendem como "radicais", mas cuja função concreta é administrar a mesma estrutura.

A juventude precarizada, em vez de experimentar práticas autônomas de organização, é convocada a confiar na mediação institucional com representantes construídos em youtube. Não se trata de negar que eleições produzam efeitos concretos. Elas redistribuem recursos, alteram políticas públicas, modificam correlações institucionais. O problema está quando a estratégia política se encerra nelas. A classe trabalhadora é rebaixada à condição de base eleitoral permanente cabendo apenas sustentar frações que disputam a gestão do mesmo aparato estatal. As diferenças entre projetos podem existir no plano administrativo, retórico ou distributivo, variar no grau de concessões sociais, no estilo de governo, na retórica internacional. Mas, quando o horizonte se limita à ocupação e administração do Estado, essas diferenças operam dentro da mesma moldura. Consequentemente, o capital permanece intocado enquanto relação social, a forma-Estado continua sendo o centro da decisão e a separação entre governantes e governados é preservada. Petistas, nacional-desenvolvimentistas e outras frações populistas liberais disputam intensidade e narrativa. Divergem quanto à gestão, convergem quanto ao fundamento. A classe trabalhadora circula entre esses polos como

contingente mobilizável, chamada a legitimar projetos que não rompem com a lógica que a subordina.

O efeito histórico é a neutralização da autonomia. A cada ciclo, a promessa de transformação radical é reconduzida ao interior da institucionalidade existente. A crítica se converte em programa de governo, o antagonismo é rebaixado a disputa administrativa e a energia social acumulada nas crises é absorvida pela máquina estatal, que se renova com novos operadores sem alterar seu princípio de funcionamento. Quando o horizonte político se limita à ocupação de cargos, ampliação de bancadas e administração do orçamento público, a ruptura estrutural sai de cena. As diferenças entre projetos das diversas frações da esquerda burocrática institucional podem existir no plano administrativo, retórico ou distributivo, variar no grau de concessões sociais, no estilo de governo, na intensidade da retórica internacional, na prioridade dada a determinadas políticas públicas. Contudo, a forma-Estado permanece intocada como estrutura separada que concentra decisão, monopoliza a violência legítima e administra a reprodução das relações sociais existentes.

Arthur Moura